

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional
Valdir Mendes Barranco

Chefe da Procuradoria Regional
Rinaldo Cosme Marques Dias

Chefe da Divisão de Administração
Gerson Jerônimo da Silva

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
Osmar Rossetto

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
José Benildo de Oliveira Marinho

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Luiz Carlos Carneiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	11
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	12
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia	12
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão	13
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	13
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	13
3.1.2 Cartografia	15
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	15
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor	18
3.1.5 Indicadores	18
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....	20
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.....	21
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	21
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	25
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente	25
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados	26
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária	26
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor	26
3.2.7 Indicadores	27
Os indicadores deverão detalhar metas estabelecidas para o exercício referente ao relatório de gestão bem como as metas estabelecidas para o próximo exercício.	27
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	28
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	29
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.....	29
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.....	31
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....	31
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento	33
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor	33

3.3.6	Indicadores	34
3.3.7	Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	36
3.3.8	Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul	36
3.3.9	Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	36
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	36
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	36
4.2	Principais atividades de controle do Gestor	37
5.	Gestão de Pessoas.....	37
5.1	Distribuição de servidores.....	37
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR	37
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	38
5.4	Recursos humanos da unidade	38
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos	38
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	39
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados	41
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	42
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	43
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício	46
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	46
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal	47
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores.....	48
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil ..	48
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	48
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.	50
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	50
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR	51
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	51
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	51
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	52
	Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência.....	52
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações	52

7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos	53
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	54
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....	57
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício	57
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	57
9.	Ouvidoria.....	57
9.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.....	57
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo	57
10.	Correição	58
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.....	58

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI – Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB – Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC – Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB – Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao estabelecido no art. 3º, da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, de 1º de setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº. 72/2013, de 15 de maio de 2013, e em consonância com as orientações complementares descritas na Decisão Normativa TCU nº. 127/2013, de 15 de maio de 2013, e Portaria TCU nº. 150/2012, de 03 de julho de 2012, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso – INCRA/SR(13)MT apresenta neste relatório individual, as práticas de gestão empreendidas durante o exercício de 2013. A elaboração deste documento seguiu ainda as orientações constantes na Norma de Execução nº. 01, de 18 de janeiro de 2013, aprovada pela Portaria nº. 133, do mesmo dia e ano, editadas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O conteúdo do relatório está estruturado de acordo com o modelo customizado para as Superintendências Regionais do INCRA apresentado na Parte C, do Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº. 127/2012, utilizando ainda, sempre que possível, as orientações e quadros da portaria de que trata o inciso VI, do artigo 5º, da referida norma para elaboração do relatório de gestão.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso		
Denominação abreviada: INCRA-SR(13)MT		
Código SIORG: 04038	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373073
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		
Principal Atividade: Administração publica em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(65) 3644-1104 (65) 3644-1122	
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página da internet: www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Rua E, s/n – CPA. CEP: 78.049-929 – Cuiabá MT		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA - Portaria Incra nº 352, de 18/06/2013 – Recolhimento dos créditos e outros providências - Portaria Interministerial nº 78, de 08/02/2013 - Inclusão dos Assentados no Programa Nacional da Habitação Rural - PNHR - Portaria Interministerial nº 78, de 08/02/2013 – Inclui os agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Instrução Normativa nº 71 – 17/05/2012 – Supervisão ocupacional - Instrução Normativa nº 72 – 17/05/2012 – Obtenção Quilombos - Instrução Normativa nº 73 – 17/05/2012 – Indenização benfeitorias Quilombos - Instrução Normativa nº 74 – 14/11/2012 – Crédito Instalação - Instrução Normativa nº 70 – 06/12/2011 – Aquisição por estrangeiros - Instrução Normativa Nº 69 – 06/12/2011 – Cobrança Crédito Instalação - Instrução Normativa Nº 66 – 30/12/2010 – Atualização cadastral - Instrução Normativa Nº 65 – 31/12/2010 – Manejo Florestal - Instrução Normativa Nº 77 – 23/08/2013 – Regula o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais (SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária) - Instrução Normativa Nº 57 – 20/10/2009 – Reconhecimento Quilombos - Resolução Nº 387 – 27/12/2006 – Licenciamento ambiental - Norma de Execução nº 105 – 26/11/2012 – Georreferenciamento e Certificação de Imóveis Rurais - Norma de Execução nº 4 – 25/07/2011 – Reassentamento de não quilombolas - Norma de Execução nº 103 – 12/07/2012 – Terra Sol - Norma de Execução nº 102 – 04/06/2012 – Supervisão ocupacional - Norma de Execução/Conjunta DF e DT nº03 - 21/06/2010 – Critérios par vistoria e avaliação de imóveis Quilombos - Norma de Execução Nº 95 – 08/2010 – Obtenção de Terras - Resolução nº 05 – 29/03/2012 – Obtenção de Terras - Nota Técnica/DFR Nº 01/2013 – Padroniza procedimentos administrativos de arrecadação sumária de terras devolutas da União		

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373074	Projeto Fundiário Cáceres
373075	Projeto Fundiário Vale do Araguaia
373076	Projeto Fundiário Vale do Guaporé
373077	Projeto Fundiário Norte de Mato Grosso
373078	Projeto Fundiário Diamantino
133005	Unidade Avançada Colíder
133007	Unidade Avançada Conjunto Peixoto de Azevedo
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da UG	Código SIAFI da Gestão
373073	37201

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

Em fevereiro de 2013 o Incra deu início ao processo de discussão para construção do planejamento 2013/2014 da autarquia tendo como produto o documento **Agenda de Gestão 2013/2014**, com os componentes: Plano de Ação 2013 e 2014; Quadro de Metas Físicas e Créditos Orçamentários 2013; e Metas Intermediárias de Avaliação Institucional para o 3º Ciclo de Avaliação (compreendido entre o período de 1 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014). A Agenda de Gestão teve como principais características: a individualização por Superintendência Regional, com pactuação de metas entre o Presidente da Autarquia e as Superintendências Regionais; e o horizonte temporal de dois anos e foi elaborado com base nas diretrizes e objetivos estratégicos, estabelecidos em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Destaca-se que a Agenda de Gestão 2013 está publicada na Infranet no órgão, permitindo aos servidores conhecê-la e acompanhar seu cumprimento. O documento aponta os temas a serem trabalhados, as diretrizes para os exercícios de 2013/2014, o estabelecimento de metas e os parâmetros a serem considerados, a fim de aprimorar a atuação na promoção dos direitos agricultores familiares assentados da reforma agrária, bem como dos detentores de imóveis rurais.

A autarquia priorizou o estabelecimento de metas para serem executadas no período de 2 anos com base nas diretrizes de curto e médio prazos, e estão diretamente ligados ao alcance das metas executadas pela autarquia e às parcerias estabelecidas referentes aos processos iniciados em 2012, de acordo com as prioridades de governo para o setor, com levantamento feito junto às Superintendências Regionais, bem como, a implementação das parcerias feitas em 2013 com os diversos órgãos de governo federal.

O processo de elaboração e implantação do planejamento da Autarquia teve o envolvimento de todo corpo diretivo da Autarquia tanto da Sede quanto das Superintendências Regionais, sendo que as metas físicas globais foram inicialmente definidas pelas diretorias com base na Lei Orçamentária 2013, com posterior encaminhamento às Superintendências Regionais, para ajustes quanto ao estabelecimento das metas físicas individualizadas e respectivos limites orçamentários, para posterior pactuação no documento Agenda de Gestão 2013-2014. A elaboração do plano se deu de maneira integrada e articulada, contemplando a realização de reuniões para diagnósticos, oficinas de trabalho, videoconferências, e contou com a participação de um conjunto de servidores tanto da Sede das Superintendências Regionais e Unidades Avançadas, objetivando a elaboração do Plano de Ação e Metas das Superintendências Regionais e das Diretorias com o estabelecimento de atividades, produtos, responsáveis, prazos e pactuação do Plano de Compromisso das Superintendências Regionais (Metas Físicas e Limites Orçamentários), junto as Diretorias e Superintendências Regionais.

3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	5022	8710					
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0					
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	1118	22					
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0					
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0					
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	164,4400						

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	3.083,38	83,38	2.999,97	0,03
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	0	0	0
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	0	0	0	0
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0	0	0
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	177,86	0	0	177,86
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

No exercício de 2013 foram gerenciados 8710 imóveis rurais no Estado de Mato Grosso (ação 2105) - o que representa um aumento 7,67% em relação ao exercício anterior, quando esse número foi de 8089 imóveis. A expansão da rede nacional de cadastro rural limitou-se a 05 Unidades Municipais de Cadastramento implantadas no exercício, com a capacitação de 07 servidores municipais.

Ainda correspondente a ação 2105, o INCRA realiza a atividades de fiscalização cadastral dos imóveis rurais, em 2013 foram fiscalizados 1.693 processos, tendo encerrado 768 processos (45,36% dos processos analisados), entre o montante 21 processos referem-se a trabalho escravo, dos quais 05 foram encerrados e 13 notificados.

3.1.2 Cartografia

A dimensão do Estado de Mato Grosso, superior a muitos países europeus, entre outros, marcado por grandes desigualdades espaciais e carências de informações precisas, como também conhecimento da distribuição das propriedades em espaço físico, nesse caso devemos destacar a importância do georreferenciamento dos imóveis rurais na regulamentação da estrutura fundiária do Estado e na construção de uma base confiável de informações no ordenamento fundiário. Nesse caso podemos citar a importância da Lei nº 10.267/2001, decreto nº 4449/2002 e normas técnicas.

As normas técnicas passaram por constantes mudanças, até a publicação da IN/Nº 105/2012, terceira edição da norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais, como também, a implantação do SIGEF, procurando sempre dar uma resposta ágil, a grande demanda de processos de certificações formalizados na Superintendência e Unidades Avançadas, até 2013, aproximadamente um total de 14.111, em 2013 foram formalizados 1.535 processos de certificações de imóveis rurais.

Em 2013 foram analisados e certificados 2021 processos, totalizando uma área de 4.471.598,1980 hectares, sendo 21 imóveis de áreas públicas federais e estaduais com uma área de 152.857,7010 hectares e 2.000 processos de imóveis rurais particulares com área de 4.318.740,4970 hectares.

3.1.3 Territórios Quilombolas

A) Finalizar contratos de elaboração de Relatórios Antropológicos - Pregão 15/2011

Em 2013 o Setor, por meio da Comissão Regional de acompanhamento e fiscalização, acompanhou 6 relatórios antropológicos: Bela Cor/ Capão do Negro, Vale do Alegre – Valentim e Martinho (CRT Nº 26.200/2011); e Tanque do Padre, Laranjal, Jejum e Morrinhos (CRT/DF Nº 26.400/2011).

Sediadas as comunidades nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Poconé/MT, o acompanhamento exigiu deslocamentos frequentes até estas comunidades para abertura do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, apresentação das equipes de pesquisa, acompanhamento do trabalho de campo e indicação da proposta de perímetro junto às comunidades.

Demandou-se ainda da Comissão Regional a elaboração de Pareceres sobre os produtos referentes a cada meta: Meta 1 – plano de trabalho de cada uma das empresas; Meta 2 – relatórios parciais de cada uma das 6 comunidades; Meta 3 – relatório final, observando que foram apresentados 4 relatórios preliminares que mereceram Parecer, aguardando-se a finalização dos demais para elaboração de parecer conclusivo.

Além do acompanhamento dos trabalhos, recepção dos relatórios parciais e emissão de parecer, coube ao Setor solicitar e atestar as notas fiscais das empresas e encaminhar toda a documentação à Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ/INCRA-Sede para a realização dos pagamentos.

B) Elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID

a) O planejamento de finalizar o RTID da comunidade de Abolição não foi alcançado, devendo-se a fatores como o pedido de exoneração de um servidor habilitado em antropologia, do quadro de servidores do INCRA, indisponibilidade de servidor habilitado em agronomia e agrimensura; mas também devido às dificuldades na notificação de proprietários de imóveis incidentes, culminando na necessidade de realizar uma notificação pública; a dispersão de grande parte da comunidade em bairros de Cuiabá significou uma dificuldade adicional ao cadastro das famílias e amadurecimento de uma proposta de perímetro.

b) A meta de delimitação e levantamento Fundiário de 1 (uma) comunidade (Bela Cor/Capão do Negro) também não foi realizada, em primeiro lugar devido aos sucessivos atrasos na finalização do relatório antropológico, cujo prazo foi dilatado por duas vezes por solicitação da empresa. Ocorreram ali também problemas de notificação e óbices de acesso às áreas particulares. Acresce ainda que a Comissão Regional indeferiu a primeira versão dos Relatórios Antropológicos da Empresa (Meta III). Retardou-se assim ainda mais a etapa de delimitação e levantamento fundiário, peça técnica do RTID a cargo da Equipe do INCRA em fase posterior ao Relatório Antropológico.

c) Em vista do exposto acima (a) não foi finalizado o RTID da comunidade de Abolição, bem como a deliberação de aprovação pelo Comitê de Decisão Regional, que serve de autorização para publicação do relatório no Diário Oficial da União e da Unidade Federativa.

C)Publicar Portarias de Reconhecimento de território quilombola

A meta de elaborar, analisar e publicar o conjunto portaria de reconhecimento de território quilombola Campina de Pedra, cujo RTDI foi publicado no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso nos dias 20 e 21 de outubro de 2010, com 1.779,8089 ha não foi alcançada. O respectivo processo de nº 54240.005272/2005-15 ainda se encontra na fase de análise jurídica das contestações do RTID. O Setor Quilombola realizou a análise técnica das Contestações e encaminhou o processo à Procuradoria em 30 de maio de 2012 (DESPACHO/OC/INCRA/SR-13/F4Nº08/2012) e até o momento se aguarda uma manifestação jurídica sobre as Contestações.

D)Inserir dados no SIPRA - Localizar e qualificar as informações de todas as comunidades quilombolas com processo aberto no INCRA

Mato Grosso tinha a meta de levantamento de dados primários e informações qualificadas sobre cinco comunidades ainda não localizadas. Entretanto, no mês de setembro por ocasião da instalação da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas foi apresentado um roteiro que trazia questões novas, apontando para a necessidade de levantar informações sobre todas as comunidades. Por falta de recursos e de disponibilidade de pessoas no Setor, esta meta não pode ser cumprida. Mesmo assim, alguns questionários já foram encaminhados para preenchimento, mas a instalação da Mesa Quilombola Estadual se apresenta como prioridade para o próximo ano.

E)Localização da comunidade

A meta de levantar os pontos de cinco comunidades com processos abertos e sem indicação de coordenadas foi tratada da mesma forma que a anterior, subordinando-a à dinâmica de organização da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas.

F)Conjunto Decreto

Tendo em vista que não foi encaminhado o Conjunto Portaria para a Comunidade Campina de Pedra, pelas razões acima colocadas, também não aconteceu o encaminhamento do conjunto do decreto da mesma área à Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ/INCRA-Sede.

G)Desapropriação de 8 (oito) imóveis

A meta de oito imóveis (1400 hectares de áreas decretadas de Mata Cavalo e Lagoinha de Baixo) com diz respeito ao acompanhamento dos processos de desapropriação já abertos. A gerência dos ritos dos processos de desapropriação está na competência da Divisão de Obtenção e da Procuradoria Federal Especializada

Cabe observar que os dois territórios quilombolas que já tem decreto de desapropriação, Mata Cavalo conta com 55 imóveis, tendo sido avaliados 15 imóveis; e Lagoinha de Baixo com 7

imóveis, tendo avaliados 2 imóveis. O ajuizamento de ações de desapropriação dos imóveis vinha sendo protelado, devido às inconsistências nas matrículas, constatadas na extratificação da cadeia dominial, destaque do patrimônio público ou outras, em todos os imóveis que já tinham sido alvo de vistoria e avaliação.

É importante frisar que os avanços registrados em 2013 se referem à emissão do PARECER Nº37/2013/CGA/PFE/INCRA (JFC), de 03/05/2013, exarado pela Dr^a. Juliana Fernandes Chacpe – Procuradora Federal, sobre 12 imóveis já avaliados em Mata Cavalo. O Parecer indicou que cinco imóveis poderiam ser objeto de ações de desapropriação, desde que houvesse a materialização em campo dos títulos originários das propriedades privadas inseridas no perímetro. Assim, foi solicitado ao INTERMAT um mosaico de reconstituição dos títulos definitivos, de acordo com as respectivas certidões de legitimidade expedidas pelo órgão (Ofício/INCRA/SR-13/GAB/No. 1364/2013).

H)OUTRAS DEMANDAS

O Setor buscou contato com a Comunidade São Jerônimo, Cuiabá/MT, e Comunidade Bigorna, Santo Antônio de Leverger/MT. Em ambas, as famílias de remanescentes já em número reduzido relataram encontrar dificuldades com o pleito pela regularização como território quilombola, tendo em vista a presença de moradores não remanescentes, que por sua vez são muito atuantes nas Associações existentes. A situação mais crítica é da Comunidade São Jerônimo, que resultou no encaminhamento de informações, para conhecimento, ao Ministério Público Federal (OFÍCIO/INCRA/SR-13/GAB/Nº 37/2013 Cuiabá/MT, maio de 2013).

Embora não estivesse entre suas metas, o Setor acompanhou os procedimentos de reassentamento das famílias não quilombolas, com perfil de beneficiária da Reforma Agrária, inseridas no território de Mata Cavalo, conhecida como localidade de Aguaçu – 22 famílias que pleiteavam a desapropriação da Fazenda Capão Redondo. Contando com 800 hectares – suficientes para o assentamento pretendido – esta fazenda Proc. 54.240.003518/2007-86 apresentou inconsistências na matrícula, inibindo sua desapropriação pelo INCRA. À procura de outra área, os representantes da comunidade de Aguaçu continuam em contato com o Setor e com a Superintendência para priorizar o seu assentamento em outra área.

Quanto ao quadro de pessoal, o Setor Quilombola contava somente com três servidores, todos habilitados em antropologia, empossados no começo de 2012. Um deles, porém, formalizou pedido de exoneração em 2013, sendo nomeada em setembro nova servidora antropóloga. Mesmo assim, o Setor enfrentou dificuldades quanto a necessidade de agrônomo ou da área ambiental e de Agrimensor. A saída desse servidor antropólogo não permitiu a continuidade do relatório antropológico da Comunidade Voltinha/Vãozinho, localizada no município de Porto Estrela/MT e ainda impôs ritmo mais lento ao RTID de Abolição, no qual adicionalmente a falta de relatório agrônomo e delimitação de perímetro a campo, não permitiu a conclusão do RTID.

O Ministério Público Federal mantém uma rotina de acompanhamento através de Inquérito Civil Público de todos os processos quilombolas abertos no INCRA. Por isso solicita informações individualizadas sobre o andamento de cada um dos processos, cabendo à Equipe do Setor responder a esta demanda. Da mesma forma, a Procuradoria Federal Especializada da SR-13 busca se valer das informações do Setor para a defesa das ações do INCRA e das próprias comunidades quilombolas em Ações Judiciais (Mandados de Segurança, Ações de reintegração de posse, Ação Civil Pública e outras).

Em 2013, o Setor deu andamento às decisões da Audiência Pública realizada em 22 de outubro de 2012, em Cáceres, com o objetivo de atender à Ação Civil Pública – ACP nº 2008.36.01.003374-1 que trata da regularização na Gleba Salobra do Devoluto VIII, localizada no município de Cáceres/MT e, na qual existe as Comunidades de Santana e Chapadinha, com certidões da Fundação Cultural Palmares. A decisão das Comunidades Santana e Chapadinha, que ocorreu em Audiência Pública, de não prosseguir com o pleito quilombola, foi apreciada pelo Comitê de Decisão Regional – CDR, que deliberou pela elaboração de um relatório de todas as providências tomadas para o atendimento da Ação Civil Pública, bem como o envio dos Processos

objetos da análise à Procuradoria Federal Especializada para que ela pudesse se manifestar nos autos daquela Ação.

Finalmente cabe destacar que o Setor Quilombola vem sendo acionado pelo Programa Terra Legal/MDA na sua atribuição de regularização de ocupações em terras devolutas. Empresas buscam informações sobre a existência de Comunidades quilombolas, para fins de elaboração de Relatório de Impacto Ambiental, em zonas de impacto de grandes projetos/obras, como estradas e linhas de transmissão de energia. O Setor também presta atendimento a pesquisadores, que desenvolve trabalhos acadêmicos na temática quilombola. Por fim, se destacam que os membros das Comunidades Cadastradas no SIPRA-Quilombola, utilizam desse registro para requer declarações e/ou certidões do INCRA, visando acessar benefícios da Previdência Social, entre eles auxílio-doença e aposentadoria rural.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Sobre essa questão é importante ressaltar que ao longo do tempo, o INCRA tem realizado suas atividades da melhor maneira possível e procurando sempre a melhor qualidade, no entanto, mas tem sempre falhado no controle de suas atividades, quer seja por falta de recursos humanos e/ou financeiros, entre outros. Nesse sentido temos procurado superar essa situação, quer seja, por solicitação de documentos atualizados para comprovação de dados declarados; gestão do Mapa de controle Fiscal (MCF), gerenciamento de processos fiscais por meio de controle, andamento e banco de dados dos processos analisados, quer seja de cadastros e/ou georreferenciamento; Consulta a Procuradoria Federal Especializada sobre situações adversas a legislação atual; Consulta a Brasília sobre casos omissos; Participação nas capacitações oferecidas com o objetivo de padronizar e alinhar análise dos processos fiscais, de georreferenciamento, entre outros; Controle das informações produzidas pela cartografia, Cadastro entre outros.

3.1.5 Indicadores

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

- ✓ Índice de Cadastramento de imóveis rurais;
- ✓ Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis;

Foram formalizados 1.535 processos de certificações de imóveis rurais e 2021 foram analisados e certificados.

- ✓ Índice de Regularização Fundiária.

Os indicadores deverão detalhar metas estabelecidas para o exercício referente ao relatório de gestão bem como as metas estabelecidas para o próximo exercício, além de sua memória de cálculo

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb	131,66%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0,00%
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Sobre regularização de imóveis rurais, cabe ao INCRA, tão somente os imóveis localizados na faixa de fronteira, para fins ratificação, se for o caso e/ou arrecadação de áreas devolutas, assim com relação ratificação de títulos temos um total de 3.166 processos formalizados, sendo que destes 34 processos o já foram ratificados e os demais se encontra em fase de análise. Aguardamos ainda Medida Provisória, objetivando definir metodologia dos trabalhos.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	120.000,00	35.047,5543					
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	1497	3310					
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0					
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	147.483.50					
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	8	10					
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	1	1					

Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	0	96.931,11	34.834,50	60.050,01	2.186,60
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	0	11.296,83	0	10.448,18	848,65
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	488.048,76	243.815,21	277,57	243.955,98
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0	0	0
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	5.640,00	0	5.354,05	285,95
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	3.773,94	1.294,50	818,59	1.660,85

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Recursos financeiros programados para obtenção de terras(Vistorias):

R\$ 360.000,00

Utilizado para Obtenção de terras:

R\$ 64.977,77

Meta Física Programada

117.162,5209 ha

Área vistoriada (ha)

146.983,2296 ha

Pode-se verificar, pelos dados acima, que a previsão para quantitativo de área a ser vistoriada foi superada e os recursos financeiros programados não foram utilizados em sua totalidade, bem como foram pagos a servidores de outras áreas da Regional em cumprimento a determinação superior. Cabendo aqui informar que servidores da área de Obtenção ainda aguardam pagamentos de suas diárias complementares que constam em processo administrativo, informando ainda que realizaram os trabalhos determinados.

Ficou estabelecido que a unidade física da Ação é “área vistoriada”. Entretanto, esta Ação contempla recursos para vistorias preliminares e/ou avaliações, identificação de terras públicas, honorários de perícias judiciais, custos de deslocamentos para imissão na posse de imóveis, custas de desmonte em ações de desapropriação, custos de publicações de editais, monitoramento e fiscalização pela Sede e recursos de investimento para aquisição de material permanente, destinados a todas as unidades do INCRA, sendo estes últimos de aplicação centralizada.

O INCRA realizou em 2013 por meio de sua Divisão de Obtenção de Terras vistorias em **17 imóveis rurais que girou em torno de 146.983,2296 ha**. Não necessariamente desse total vistoriado foram obtidos, tendo em vista diversos fatores como, classificação de imóveis como área produtiva, impróprias para assentamento, elevado custo benefício às famílias, impedimentos judiciais, problemas de dominialidade, entre outros que resultam num elevado número de vistorias não resultantes de obtenção.

Cabe aduzir que nos últimos dez anos a área média das propriedades identificadas caiu de 5,5 mil ha para 2,0 mil ha sendo então necessário vistoriar-se um maior número de imóveis para a obtenção de mesmo quantitativo de área, ainda que, mantêm-se os índices exigidos de produtividade datados de trinta anos atrás, cenário que impacta negativamente no avanço do programa.

Os recursos desta Ação são destinados à indenização (desapropriação), pagamento (compra) de imóveis rurais, acordos judiciais em ações ajuizadas no exercício atual ou anteriores, bem como no atendimento a comandos judiciais decorrentes de condenação. São compostos por Títulos da Dívida Agrária – TDA's para indenização da terra nua e moeda corrente para as benfeitorias.

Embora houvesse projeção inicial de aplicação regional dos recursos desta Ação, a sua execução é diretamente autorizada pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT. Os recursos de TDA's têm execução centralizada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN a quem compete à emissão dos títulos. Os recursos em espécie relativos à indenização de benfeitorias e pagamento de imóveis adquiridos pelo Decreto 433/92 e ou Desapropriação Por Interesse Social, após autorizados pela sede, são descentralizados para a Superintendência Regional.

Esta ação ocorre na sequência da execução da ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, na qual são definidos os valores das indenizações das desapropriações e dos pagamentos das aquisições efetuadas por meio do Decreto 433/92.

Com relação aos recursos humanos utilizados na execução da ação, são envolvidos servidores da área técnica para vistoria e avaliação de imóveis rurais e da área administrativa responsável pelos trâmites de documentos entre as Superintendências Regionais, a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT, a Diretoria de Gestão Administrativa – DA e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda.

No exercício de 2013 não foram realizadas atividades de capacitação, no âmbito do Plano Nacional de Capacitação do INCRA, em consonância com o Decreto nº 5.707/2006, para os Peritos Federais

Agrários, especificamente na área de avaliação de imóveis rurais. Os servidores da área administrativa deveriam receber treinamento para operação do Sistema de Informações Rurais – SIR/Módulo Obtenção.

Nesta ação não há nenhum destaque a fazer com relação a insucessos, erros de avaliação e de conduta.

Registre-se também que como a ação é executada diretamente, não há transferências de recursos para convênios ou contratos.

Atuação em Terras Públicas:

Identificação da Situação Ocupacional em Terras Públicas da União = **29 imóveis;**

Identificação da Situação Ocupacional em Projetos de Reforma Agrária = **518 parcelas**

Ações de Retomadas Judiciais – **107;**

Retomadas Administrativa = **10;**

Doação de Perímetro Urbano em Projetos de Assentamento = **03;**

Atuação em Faixa de Fronteira:

Identificação de Imóveis(ratificação) que possibilitem inclusão no PNRA = **21 imóveis;**

Ações de Nulidade de Títulos Definitivos Não Ratificáveis = 03:

FAZENDA ITAGUAIRA

FAZENDA SANTA AURÉLIA(RANCHO GRANDE E CURUPAI)

VISTORIAS REALIZADAS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO:

NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA (ha)	ÁREA MEDIDA (ha)
Faz. Caramujo/Boi Gordo	Salto do Céu	1.762,4330	1.762,4330
Faz. Brogotá	São José do Povo	1.931,1126	2.010,3133
Faz. São Vicente	Jaciara	2.338,4627	2.400,4796
Faz. Jatobá	Juscimeira	1.971,6164	1.958,6649
Fazenda Passa Vinte	Barra do Garças	9.070,0300	8.988,6722
Faz. Vacaria III, IV e V	Comodoro	7.876,0000	7.850,8830
Faz. Rio Novo/Bacurizal	Nova Lacerda	1.612,8000	1.682,6890
Faz. Coqueiral/Maringá	Poxoréo	2.088,0713	2.477,3373
Faz. Santa Cecília	Nova Olímpia	2.432,1000	2.384,8614
Faz. São João	Pontes e Lacerda	5.817,9005	4.812,5907
Faz. Bandeirantes	Stº Antº Leverger	2.345,7735	2.345,7735
Faz. Caroline	Nortelândia	223,3630	223,3630
Faz. Centro Norte	Nova Ubiratã	3.630,0000	3.630,0000
Faz. Centro da Mata	Nova Ubiratã	19.243,1593	19.243,1593
Faz. Nacional	Água Boa	7.373,9773	7.373,9773
Faz. Passa Vinte	Barra do Garças	9.070,0300	9.070,0300
TOTAL		78.786,8296	78.215,2275

TOTALIZANDO CERCA DE 78.786,8296 HA DE ÁREA VISTORIADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO.

****IMÓVEL PERICIADO POR TÉCNICOS DO INCRA/SEDE = FAZENDA LÍRIO BRANCO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA/MT, COM SUPERFÍCIE DE 68.196,4000 HA = 146.983,2296 há.**

IMÓVEIS DECRETADOS PELA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA REGISTRADA
54240.003877/2009-03	Fazenda Jatobá	Juscimeira	1.971,6164
54241.001089/2008-85	Fazenda Nacional	Água Boa	7.373,9773
54241.000936/2008-92	Fazenda Passa Vinte	Barra do Garças	9.070,0300
54240.002814/2003-36	Fazenda Somapar	Juruena	12.100,0000
Diversos	Fazendas Japuranã	Nova Bandeirantes	46.000,0000
54240.000399/2009-41	Fazenda Lírio Branco	Canabrava do Norte	3.850,6700
TOTAL			

Ações ajuizadas: 01 ação FAZENDA LIVRAMENTO (QUILOMBOLA MATA CAVALO), município de Nossa Senhora do Livramento-MT(imissão de posse).

Projetos criados: NÃO FOI CRIADO NENHUM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA

Na ação 211A PO06 – Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, no ano de 2013 nossa meta física era de **1.497 unidades agrícolas familiares**, onde conseguimos realizar vistorias em **206 Projetos de Reforma Agrária**, sendo homologadas **3.312 famílias** de trabalhadores rurais sem-terra, tanto em assentamentos federais, como nos de responsabilidade do INTERMAT (estadual). cópia relatório anexa.

Para que ocorra a ampliação do Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária na SR-13, a Superintendência teve que aplicar a IN 71 nas ocupações irregulares dos projetos de assentamento de responsabilidade federal.

Na Ação 211A PO05 –

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, destacando os números obtidos e o planejamento para o próximo exercício; estratégia de obtenção por microrregião de jurisdição da SR, destacando a modalidade de obtenção mais adotada, os custos médios aplicados por hectare e as justificativas do gestor; análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA, crédito e assistência técnica.

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

No estado de Mato Grosso temos o Cadastro Ambiental Rural – CAR desde final de 2.009, onde o CAR tem valor jurídico e ambiental igual LIO ou LAU só que com prazo de vigência menor, assim o Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais da SR-13, protocolou junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) 10 CARs de Projetos de Assentamento, todos realizados via direta pelo Incra, infelizmente a SEMA tem demorado mais de seis meses para começar analisar estes CARs, tendo sido a principal dificuldade no processo de licenciamento e o próprio desenvolvimento do assentamento devido não liberação de recursos em assentamentos não licenciados. Outras dificuldades encontradas são a falta de matrículas unificadas, transcritas em nome do Incra, falta de georreferenciamento dos polígonos dos projetos e das parcelas e as ocupações irregulares de parcelas nos projetos de assentamento.

Além do CAR área total atendendo a Resolução Conama N° 387/2006, temos realizado também o CAR lote a lote no qual as parcelas são licenciadas, desde que o ocupante do lote esteja regular junto ao Incra, tendo sido protocolados 61 CARs lote a lote, referentes a 2 assentamentos. No último levantamento realizado no final de novembro de 2.012 pela SR no sistema da SEMA encontrou-se protocolados 810 CAR de parcelas de assentamentos, das quais 585 já encontram-se emitidos, estes licenciamentos na sua maioria vem sendo realizados através de Termos de Cooperação Técnica entre o Incra e Prefeituras e em alguns casos específicos com associações.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de referência do relatório de gestão e nos anteriores para fins de registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas, conforme determina o item 9.2.6 do Acórdão TCU nº 557/2004 – Plenário.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária, destacando número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na Jurisdição da Superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente; principais resultados obtidos no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício; resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa; Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/2008 - Plenário.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Para as atividades de controle do Gestor utilizamos planilhas referentes as ações executados por esta Divisão, preenchidas mensalmente, e utilizadas para alimentação do SIR, onde as informações ficam disponíveis no site do Incra.

3.2.7 Indicadores

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

- a) Índice de gastos com Obtenção de Terras;
- b) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento;
- c) Índice de Projetos de Assentamento com licença ambiental em vigor.

Os indicadores deverão detalhar metas estabelecidas para o exercício referente ao relatório de gestão bem como as metas estabelecidas para o próximo exercício.

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício }, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício, destacando a quantidade de assentamentos com áreas de reserva legal (RL) e área de preservação permanente (app) preservada e não preservada, incluindo estimativas de custo para recuperação dessas áreas conforme o disposto no “Manual para Elaboração e Implantação de Projetos e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária”.

3.3Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	9.993,15	9.993,15	9.993,15	8.946,10	1.047,05
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	105	336.000,00	336.000,00	336.000,00	336.000,00	0
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	1630	3716	9.807.112,77	9.801.916,37	425.015,17	425.015,17	9.376.901,20
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	7.409,79	7.409,79	5.699,79	5.699,79	1.710,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	1541	486.959,67	484.479,70	371.185,82	371.185,82	113.293,88
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	5000	6443	251.591,65	250.653,69	239.019,16	239.019,16	11.634,53
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	190	1834	82.914,84	82.914,84	72.117,26	72.117,26	10.797,58
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	5000	4531	121.152,22	120.723,49	105.883,91	105.883,91	14.839,58
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	15.000,00	7.000,00	7.000,00	6.400,35	599,65
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	50	0	1.996,16	1.996,16	1.996,16	0	1.996,16

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	927,80	927,80	927,80	236,91	690,89
------	--	-------------------------------	---	---	--------	--------	--------	--------	--------

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	0	1.783,42	586,94	1.196,48	0
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0	0	0
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	35	34.785.200,00	2.502.000,00	0	32.283.200,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	2480	8.673.473,59	1.113.500,47	4.939.253,46	2.620.719,66
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	448.474,81	0	2.947,66	445.527,15
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	1515	1.000,00	0	0	1.000,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0	0	0	0
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	48.563,00	0	4.610,68	43.952,32
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	370,90	8,20	162,70	200,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	0	0	0
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	0	0	0
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	500,00	500,00	0	0

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Há muitos anos a política de aplicação dos recursos destinados à implantação e recuperação de Infra-Estrutura em Projetos de Assentamento no Estado de Mato Grosso, tem como principal modalidade de aplicação a transferência de recursos para Prefeituras Municipais através de convênio. Entendemos que por estarem mais próximos às comunidades de assentados e por receberem diretamente as demandas dessa população, os municípios tem condições de filtrar e apresentar ao INCRA as demandas mais urgentes e prioritárias para atendimento. Além disso, devido a precária estrutura do Setor de Engenharia desta Superintendência Regional, para acompanhamento e Supervisão das obras, a parceria junto aos Municípios permite um trabalho conjunto de fiscalização às obras executadas.

A demanda por recursos nesta ação cresce a cada dia, em função da grande quantidade de assentamentos existentes de responsabilidade direta dessa Instituição, quais sejam 386 (trezentos e oitenta e seis) Projetos de Assentamento Federal, com 67.007 (sessenta e sete mil e sete) famílias, nos vários municípios do Estado de Mato Grosso.

Em 2013 foram, efetivados 06 novos convênios, com Prefeituras Municipais, para construção e reforma de estradas e 01 Convênio para construção de poços. Além de parcerias no município de Cáceres para construção de cisternas.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

210S: As metas originalmente fixadas no Plano de Compromissos 2013 contemplavam o atendimento com ATES a 6.500 famílias, as quais não foram atendidas por problemas relacionados à capacidade técnica operacional do setor. O setor contava no início do exercício com apenas dois técnicos, tendo o aporte de outros dois técnicos em maio, entretanto o setor apresenta enorme demanda de análise dos convênios anteriores que estão em processo de Tomada de Contas Especial ou que tiveram o relatório final questionado por parte das convenientes;

0427: Houve a disponibilização de crédito para 105 famílias no início do exercício, a mudança no processo que ficou previsto para a concessão e operacionalização do crédito, a exemplo da incorporação do público do PNRA ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), extinguindo as modalidades aquisição e recuperação de materiais de construção, redirecionando a demanda;

211A: Supervisão do crédito instalação: No exercício 2013, realizamos a supervisão e fiscalização de créditos que já estavam nas contas de exercícios anteriores, de 1515 famílias, tendo parte dos recursos sido recolhidos em razão da portaria 352/2013, a ação ficou limitada;

211A: Demarcação Topográfica: No Plano de Compromisso firmado no início de 2013 a direção do INCRA estabeleceu como meta a demarcação de 190 lotes. Entretanto devido a diversas parcerias com prefeituras e sindicatos essa meta foi superada, chegando a 1834 famílias beneficiadas. Ao final do exercício foi realizada uma adesão a ATA de licitação onde contratamos duas empresas para realizarem a demarcação e o georreferenciamentos dos PDS Terra de Viver, PDS Keno e PDS 12 de Outubro, ambos em Claudia MT, PDS Sonho de Anderson, PDS Novo Renascer, PDS Frei Crispim e PDS Olga Benário, localizados em União do Sul e o PA Silvio Rodrigues em Mirassol D'Oeste – MT totalizando 915 lotes. A ação de demarcação tem passado por sérias dificuldades, neste exercício remanejamos dois servidores para a Divisão de Desenvolvimento para coordenar as atividades de demarcação dos projetos de assentamento. Entretanto a Superintendência de Mato Grosso não possui softwares de processamento e tampouco de GPS L1/L2 para realizar as medições no campo conforme determina a Norma Técnica de Georreferenciamento;

211A: Titulação: A concessão de documentação às famílias assentadas consiste na emissão de Contrato de Concessão de Uso (CCU), Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)

e Título Definitivo (TD). A meta estabelecida para este exercício foi de 5000 documentos. Entretanto tivemos a emissão de 4267 Contrato de Concessão de Uso em 156 assentamentos, 89 Título Definitivo em dois assentamentos e 175 Contrato de Concessão de Direito Real de Uso em um assentamento, totalizando 4531 documentos emitidos. O descumprimento da meta se deve a termos planejado o aproveitamento do trabalho dos servidores responsáveis pela fiscalização da aplicação de crédito instalação concedido às famílias assentadas para emissão de CCU, o que proporciona maior abrangência e maior eficiência no atendimento à demanda dos assentados pelos documentos. Entretanto nesse exercício houve bloqueio na aplicação dos créditos instalação por um grande período o que afetou a realização das vistorias e consequentemente a emissão dos documentos. Referente à emissão dos Títulos Definitivos tivemos grande dificuldade ocasionada pela alteração na norma de desmembramento de imóveis rurais que exige a certificação do imóvel para a emissão dos Títulos Definitivo;

211A: Supervisão Ocupacional: Quando da elaboração da Programação Operacional de Supervisão Ocupacional para o ano de 2013, estimamos como meta supervisionar 9.200 famílias a um custo de R\$ 678.000,00. Na sua efetivação, esse valor foi reduzido para R\$ 400.000,00 e o numero de vistorias para 5.000 famílias. Essa meta, que foi estabelecida de acordo com o recurso disponível, é claro não atendia a demanda da Superintendência e das Unidades Avançadas. Definimos então alguns critérios na elaboração dos Assentamentos prioritários para serem Vistoriados, tais como: Conflitos, demandas do MPF, demandas da Policia Federal, com ICP (Inquérito Civil Publico) em andamento e alvo de denúncias feitas diretamente ao INCRA.

211A: Terra Sol – Fomento Agroindustrialização, a Comercialização e as Atividades Pluriativas Solidárias foi criada em 2004, dentro do Programa 0137– Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, está inserida no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e tem base normativa fixada pela Norma de Execução nº 103, de 12 de julho de 2012. Desde sua criação o Programa Terra Sol no estado de Mato Grosso teve apenas dois projetos aprovados. Neste sentido procuramos adotar uma metodologia que consistiu em: discutir a elaboração dos projetos com os potenciais beneficiários; formar parcerias para facilitar o acesso dos ao programa; promover a divulgação do programa e das metodologias de acesso ao mesmo através dos meios de comunicação populares.

Durante o exercício de 2013 realizamos o acompanhamento do convenio firmado com a Prefeitura de Juína - MT com o intuito de implantar cinco unidades de resfriamento de leite no projeto de assentamento Iracema. Atuamos ainda na divulgação do programa através dos mutirões realizados pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

No inicio de 2013, inspirado no programa Terra Sol, através da parceria de diversos órgãos, dentre eles o INCRA, BNDES, CONAB, Fundação Banco do Brasil e DEESE foi criado do Programa Terra Forte e com isso vários projetos que estavam sendo elaborados foram neste apresentado. Embora no programa Terra Sol não tivemos projetos aprovados, no Programa Terra Forte tivemos em Mato Grosso 16 projetos aprovados.

A execução do Programa Terra Sol em Mato Grosso está bem fragilizada, pois existe apenas um servidor designado para executar o programa. Dessa forma e também devido a falta de dotação orçamentária algumas propostas deixaram de ser analisadas em 2013 tendo sua discussão retomada em 2014.

210T: Não houve formação profissional, porém teve inicio uma especialização do Residência Agrária, com a participação de 54 profissionais de diversos assentamentos do Estado, na Universidade Federal de Mato Grosso.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

As metas originalmente fixadas no Plano de Compromissos 2013 contemplavam o atendimento com ATER a 6.500 famílias, as quais não foram atendidas por problemas relacionados à capacidade técnica operacional do setor. O setor contava no início do exercício com apenas dois técnicos, tendo o aporte de outros dois técnicos em maio, entretanto o setor apresenta enorme demanda de análise dos convênios anteriores que estão em processo de Tomada de Contas Especial ou que tiveram o relatório final questionado por parte das convenientes.

Em julho dois servidores participaram do Encontro Regional de ATER, realizado em Belém – PA, com o intuito de iniciar o processo de elaboração da chamada de ATER para Mato Grosso. Posteriormente foi realizada reuniões com servidores das Unidades Avançadas que teriam assentamentos de sua jurisdição atendidos pela chamada para que estes servidores auxiliassem a equipe de ATER na coleta de informações para a elaboração da chamada. Entretanto devido a falta de recurso para deslocamento não foi possível concluir a coleta das informações necessárias para a conclusão do processo e abertura da chamada de ATER.

O valor pago de R\$ 9.993,15 refere-se a despesas efetuadas para a participação de técnicos no Encontro Regional de ATER e para o deslocamento de servidores ao INCRA- SEDE em Brasília para a elaboração da Chamada de ATER.

O principal problema que prejudicou o desenvolvimento das metas fixadas foi a inexistência de corpo técnico permanente adequado as demandas do setor, ao quantitativo dos indicadores estabelecidos e a falta de orçamento para a elaboração da chamada de ATER.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

Para as atividades de controle do Gestor utilizamos planilhas referentes as ações executados por esta Divisão, preenchidas mensalmente, e utilizadas para alimentação do SIR, onde as informações ficam disponíveis no site do Incra.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	0
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	

crédito voltada à produção					
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	

Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela Autarquia na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício, abrangendo no mínimo os seguintes indicadores:

- a) Índice de acesso à água para consumo doméstico;
- b) Índice de provimento de PDA/PRA;
- c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos;
- d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção;
- e) Índice de provimento de Assistência Técnica;
- f) ~~Renda Média das famílias (por amostragem);~~
- g) Índice de Parcelas Supervisionadas;
- h) Índice de consolidação de assentamentos.

A demonstração deve contemplar, para cada indicador, o confronto das metas estabelecidas para o exercício referente ao relatório de gestão com o desempenho efetivamente obtido, assim como as metas estabelecidas para o exercício subsequente.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Detalhamento das ações (implantação de redes de água, formação de parcerias, implantação de poços/cisternas, etc.) destinadas ao provimento de água para consumo doméstico de cada microrregião da jurisdição da Superintendência, destacando as áreas com maiores deficiências, o orçamento destinado para esse fim, detalhamento de metas de serviços do exercício, resultado do exercício e meta para o próximo exercício.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Detalhamento da atuação dos agentes de Assistência Técnica Rural nos Projetos de Assentamento, destacando os principais resultados, custos envolvidos e avaliação das empresas prestadoras do serviço em atuação na jurisdição da Superintendência, de acordo com os índices determinados no Manual Operacional de ATES.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Relatório consolidado do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem Licenciamento Ambiental em vigor.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

Demonstração dos resultados obtidos no atendimento ao público externo, incluindo no mínimo: número de

solicitações do público externo protocoladas; quantidade de processos distribuídos para análise; quantidade de processos finalizados; bem como metas estabelecidas para o exercício em análise e exercício seguinte.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados referentes a esta área de atuação da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da Superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.).

5. Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Demonstração da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência.

UORG - UNIDADE ORGANIZACIONAL	NÚMERO SERVIDORES
GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA – SR-13/G	24
PROCURADORIA REGIONAL – SR-13/J	12
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA – SR-13/F	07
Serviço de Cadastro Rural - SR-13/F-1	13
Serviço de Cartografia – SR-13/F-2	12
Serviço de Regularização Fundiária – SR-13/F-3	02
Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas – SR-13/F-4	03
DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS – SR-13/T	05
Serviço de Obtenção de Terras – SR-13/T-1	10
Serviço de Implantação de Projetos de Assentamentos – SR-13/T-2	07
Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SR-13T-3	08
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO	15
Serviço de Infraestrutura – SR-13/D-1	33
Serviço de Desenvolvimento de Assentamentos – SR-13/D-2	14
Serviço de Educação no Campos e Cidadania – SR-13/D-3	03
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	05
Serviço de Desenvolvimento Humano – SR-13/A-1	05
Serviço de Administração e Serviços Gerais – SR-13/A-2	33
Serviço de Orçamento e Finanças - SR-13/A-3	03
Serviço de Contabilidade – SR-13/A-4	11
UNIDADE AVANÇADA CÁCERES	27
UNIDADE AVANÇADA VALE DO ARAGUAIA	35
UNIDADE AVANÇADA DIAMANTINO	09
UNIDADE AVANÇADA VALE DO GUAPORÉ	18
UNIDADE AVANÇADA NORTE DE MATO GROSSO	11
UNIDADE AVANÇADA CONJUNTO PEIXOTO DE AZEVEDO	07
UNIDADE AVANÇADA COLIDER	13
UNIDADE AVANÇADA CASALVASCO	03
UNIDADE AVANÇADA ARAGUAIA/XINGÚ	01

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.

A sede desta SR, vem já algum tempo, apresentando péssimas condições de trabalho, em decorrência das reformas de suas instalações, o que, até o final do exercício de 2013, nada pode ser realizado no sentido de melhorar o clima organizacional e o ambiente de trabalho, no entanto, acreditamos que após a conclusão da reforma das instalações, por si só, já ira contribuir bastante para a melhoria do clima organizacional, sendo que além da reforma deverão ser adquiridos móveis e equipamento nos, irá melhorar em muito o ambiente de trabalho da SR.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

No exercício de 2013, foram capacitados 56(cinquenta e seis) servidores nas seguintes áreas de conhecimento: Obras e serviços de engenharia; Pós Graduação em Gestão Florestal, Especialização em Educação no Campo; Legislação e Norma de Aquisição de Imóveis Rurais; Gerenciamento de Contratos; Mestrado em Geografia; Siconv; Gestão Pública de Contratos e Convênios; Licitação Sustentável; Lei de Acesso a Informação; Orçamento Público; Análise e discussão da IN 06/2012; Legislação Societária; Mercado de capitais e de Terras; Capacitação em Sistema ESIC; Novas Antropologia; Novo SIAPFI; Gestão e Fiscalização de Contratos e Terceirização; Fiscalização de Cadastro e SNCR; Nova Regra Ortográfica; Contratação Pública Sustentável; CAR – Cadastro Ambiental Rural; PRAD – Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas; Desenvolvimento de Projetos, Norma Técnica de Georeferenciamento de Imóveis Rurais; Seminário de Disseminação de Conhecimentos e Práticas na Área de Aquisição de e Contratação Pública; Matemática Financeira, no entanto não dispomos de nenhum instrumento de mensuração referente às ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	335	335	21	22
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	335	335	21	22
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	329	329	20	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	6	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	13	13	7	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	348	348	28	26

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS. Observação: 04 aposentadorias ocorreram em dezembro, após o fechamento da folha

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Tipologias dos Cargos

Servidores em cargos efetivos: Total de servidores que compõem o quadro de pessoal da UJ, segundo o resultado da soma das tipologias 1.1 Membros de poder e agentes políticos e 1.2 Servidores de carreira, conforme a seguinte especificação:

☐ **Membros de poder e agentes políticos:** Compreende os titulares dos órgãos do Poder Judiciário (ministros e juízes), do Tribunal de Contas da União (ministros, auditores e membros do Ministério Público junto ao TCU) e dos cargos estruturais da organização política do País, compreendendo, no âmbito federal, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os auxiliares imediatos dos Chefes do Poder Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores e Deputados Federais e os membros do Ministério Público, dentre outros.

☐ **Servidores de Carreira:** Compreende o conjunto de servidores de carreiras, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na UJ, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro (4) diferentes subtipos, quais sejam: Servidores de carreira vinculada ao órgão; Servidores de carreira em exercício descentralizado; Servidores de carreira em exercício provisório; Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, a seguir especificados:

☐ **Servidores de carreira vinculada ao órgão:** servidores ocupantes de cargos efetivos de carreira da própria UJ ou do órgão supervisor da UJ;

☐ **Servidores de carreira em exercício descentralizado:** servidores das carreiras típicas de Estado vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na UJ mediante exercício descentralizado de atividade;

☐ **Servidores de carreira em exercício provisório:** servidores originários de carreira de outro órgão que esteja em exercício provisório na UJ. Enquadram-se nesta linha os servidores que foram removidos de outras unidades ou órgãos com base na previsão legal do art. 36, Parágrafo único, inciso III, alínea a, da Lei n.º 8.112/90, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.527/97;

☐ **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas:** servidores que exercem atividades na UJ em razão de haverem sido requisitados conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90.

☐ **Servidores com Contratos Temporários:** Servidores em regime de contrato temporário com a Administração Pública, tomando-se como referência os termos da Lei n.º 8.745/93, com as modificações da Lei n.º 9.849/99 e Lei n.º 10.667/2003.

☐ **Servidores sem Vínculo com a Administração Pública:** Servidores que compõem a força de trabalho da UJ que não têm vínculo com a administração pública, tais como os ocupantes de cargos em comissão.

Lotação

Autorizada: Lotação autorizada por lei, quando for o caso, para provimento de cargos na UJ. Se para uma determinada tipologia de cargo não houver lotação autorizada por lei, esta coluna deve ser preenchida com a expressão “**não há**”.

Efetiva: Lotação efetiva de cargos providos na UJ. Deve ser demonstrada a quantidade de pessoas que efetivamente ocupam cargo de alguma das tipologias indicadas nas linhas.

Ingressos e Egressos

Ingressos no exercício: Número de servidores que ingressaram na UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).

Egressos no exercício: Número de servidores que saíram da UJ no exercício de referência do relatório de gestão em cada uma das tipologias indicadas nas linhas. Para as tipologias em que não houve ocorrência no exercício, informar o valor “0” (zero).

Total de servidores: Devem ser totalizadas somente as colunas “Lotação Efetiva”, “Ingressos...” e “Egressos...”).

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	70	10
1.1 Voluntária	57	7
1.2 Compulsória	2	1
1.3 Invalidez Permanente	11	2
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	43	1
2.1 Voluntária	38	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	4	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	113	11

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS. Observação: 04 aposentadorias ocorreram em dezembro, após o fechamento da folha

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Integral – Regime de proventos recebidos por servidor e membro de Poder que não sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Compulsória: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal.

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Proporcional: Regime de proventos no qual o provento recebido pelo servidor sofre redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Voluntária: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Compulsório: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Invalidez Permanente: Regime de aposentadoria previsto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal.

Outras: Regime de aposentadoria não previsto no art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Quantidade de Servidores Aposentados até 31/12: Número de servidores aposentados, acumulado até 31/12 e que nessa data ainda figuravam na folha de pagamento da UJ, considerando os regimes de provento e de aposentadoria indicados.

Quantidade de Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência: Número de aposentadorias de servidores da UJ iniciadas no exercício de referência do relatório de gestão, considerando cada um dos regimes de provento e de aposentadoria.

O **Quadro 13** abaixo corresponde ao segundo demonstrativo e compreende uma planilha onde, nas linhas, são discriminados os regimes de proventos originários do instituidor de pensão, enquanto, nas colunas, devem ser informados os quantitativos dos beneficiários de acordo com cada regime de proventos.

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	15	0
1.1. Integral	10	0
1.2. Proporcional	05	0
2. Em Atividade	18	2
3. Total (1+2)	33	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Regime de proventos do servidor instituidor

Aposentado Integral – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento sem redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Aposentado Proporcional – Regime de proventos no qual o servidor instituidor encontrava-se no momento do fato gerador da pensão, caracterizado pelo recebimento de provento com redução em relação à remuneração recebida na atividade.

Em Atividade – Quando o instituidor de pensão encontrava-se em atividade no momento do fato gerador da pensão.

Quantidade de Beneficiários de Pensão Acumulada até 31/12: Nesta coluna deve ser informado o número de beneficiários das pensões dos servidores que figuravam na folha de pagamento da UJ em 31/12, independentemente de quando tenha se iniciado o benefício, discriminado por regime de proventos originários do servidor.

Quantidade de Beneficiários de Pensão Iniciada no Exercício de Referência: Nesta coluna deve ser informado o número de beneficiários das pensões iniciadas no exercício de referência do relatório de gestão, discriminado por regime de proventos originários do servidor.

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	9	7	4	7	R\$ 36.477,55
1.1 Área Fim	5	3	1	2	R\$ 18.005,02
1.2 Área Meio	4	4	3	5	R\$ 18.472,53
2. Nível Médio	22	20	21	20	R\$ 90.936,61
2.1 Área Fim	7	6	9	9	R\$ 30.454,98
2.2 Área Meio	15	14	12	11	R\$ 60.481,62
3. Total (1+2)	31	27	25	27	R\$ 127.414,16

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em	18.983.030,35	208.233,98	1.656.655,19	750.357,34	3.533.331,06	1.446.980,29	4.452,17	152.233,02	21.230,78	26.756.504,18
Servidores com Contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento	-	369.420,90	7.107,24	-	114.747,03	-	-	-	-	491.275,17
Servidores Ocupantes de Funções	-	5.139,72	-	-	-	-	-	-	-	5.139,72

Fonte: SIAPE/SIAFI

Vencimentos e Vantagens Fixas - Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos arts. 40, 244 e 62-A, da Lei nº 8.112/90, respectivamente;

Retribuições - Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.112/90;

Gratificações - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei nº 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica as gratificações pagas aos juízes eleitorais, promotores eleitorais a título de pró-labore;

Adicionais - Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, da Lei nº 8.112/90. Incluem-se ainda nesta rubrica os valores relativos aos Adicionais de Qualificação e por tempo de serviço;

Indenizações - Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei nº 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica os valores relativos a Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e ao pagamento de diárias;

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na EC nº 41/2003. Devem ser também considerados nesta rubrica os valores pagos relativamente a auxílios natalidade e funeral e salário-família;

Demais despesas variáveis: Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores.

Despesas de Exercícios Anteriores: Valores pagos no exercício que se referem a direitos adquiridos pelo servidor em exercício anterior ao de referência do relatório de gestão, independentemente da rubrica.

Decisões judiciais: Valor pago a servidores da UJ em decorrência de decisão judicial, independentemente da rubrica.

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Incra de Mato Grosso													
UG/Gestão: 373073/37201							CNPJ: 00.375.972/0016-47						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos						Situação do contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	11/2009	08.830.513/0001-31	27/09/2013	26/09/2014							P
2013	5	E	3/2013	11.317.783/0001-58	03/06/2013	30/11/2013	16	16					E
2010	12	O	14/2010	09.565.090/0001-80	07/11/2012	18/04/2013	12	12	2	2			
2012	5	O	9/2012	12.441.717/0001-58	05/11/2013	13/05/2013	6	6	32	32			P
2013	5	O	8/2013	11.317.783/0001-58	02/12/2013	01/12/2014	13	13					A
2013	5	O	9/2013	11.317.783/0001-58	02/12/2013	01/12/2014	1	1					A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)						

[illegible]

Unidade Contratante													
Nome: UNIDADE AVANÇADA DIAMANTINO													
UG/Gestão: 3730788					CNPJ: 00375.972.0061-00								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	001/2013	01.671.975/0001-04	10/12/2013	09/12/2014			1	1			A

Unidade Contratante
Nome: INCRA - UNIDADE AVANÇADA COLIDER

UG/Gestão: 133005					CNPJ: 00.375.972/0016-47								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	11	O	1	13697422/0001-00	20/12/2011	20/12/2014			1	1			P
2011	11	O	2	02668017/0001-47	20/12/2011	20/12/2014			3	3			P
2011	12	O	3	10732146/0001-85	21/12/2011	21/12/2014	1	1					P
2011	1	O	4	04667389/0001-84	20/12/2011	20/12/2014	4	4					P

Unidade Contratante:													
Nome: UNIDADE AVANÇADA CONJUNTO PEIXOTO DE AZEVEDO													
UG/Gestão: 133007/37201					CNPJ: 00375972/0098-93								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	39/2010	11.317.783/0001-58	31/12/2012	30/12/2013			6	6			P
2010	1	O	37/2010	05.083.119/0001-99	31/12/2012	31/12/2013	4	4					P
2010	4	O	38/2010	10.732.149/0001-85	31/12/2012	31/12/2013	1	1					P

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Contratante

Nome: Nome atribuído à unidade contratante.

UG/Gestão: Código de identificação da unidade gestora e da gestão utilizada no caso da unidade contratante ser órgão da administração direta.

CNPJ: Código de identificação junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil caso a unidade contratante seja da Administração Indireta.

Informações sobre os Contratos

Ano de Celebração do Contrato: Ano em que foi celebrado o contrato de locação de mão de obra.

Nat.: Natureza do contrato, podendo ser Ordinária (O) ou Emergencial (E).

Identificação do Contrato: Código de identificação do contrato de terceirização adotado pela Unidade Contratante.

Empresa contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada pela UJ para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

Período contratual de execução das atividades contratadas: Datas de início e fim do contrato.

Área: indicar o número correspondente à área do contrato, conforme legenda no quadro.

Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados: Número de servidores suportados pelo contrato de prestação de serviço por área, discriminado por nível mínimo de escolaridade exigido (F - Fundamental, M - Médio ou S - Superior), distinguindo-se, para cada nível, o número de contratações previstas no contrato (P) e a quantidade efetiva de funcionários contratados (C).

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo-Normal (A), Ativo-Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	0
Desligamento	0
Concessão de aposentadoria	0
Concessão de pensão	0
Total	0

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

Atualmente 77(setenta e sete) servidores desta Superintendência Regional, encontram-se recebendo o Abono de Permanência, ou seja, prontos para se aposentar a qualquer momento, que representa aproximadamente 23%(vinte três por cento) da força de trabalho no curto prazo, sendo que no médio prazo, aproximadamente 70%(setenta por cento) da força de trabalho poderão se aposentar. Quanto as estratégias de recomposição das força de trabalho, nada podemos informar, vez que, tal assunto é tratado à nível da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Gestão Administrativa da Autarquia, em Brasília – DF.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	27,30
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	9,31

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

Análise crítica sobre a distribuição de servidores entre os departamentos e Superintendências do INCRA, destacando no mínimo: Quantidade de servidores frente às condições de acesso aos assentamentos, frente à quantidade de assentados, frente ao número de imóveis rurais sob jurisdição do INCRA; Adequabilidade do contingente de servidores, quanto à quantidade e perfil, relativamente às demais SRs de curto, médio e longo prazos a serem adotadas pela Sede para correção de eventuais distorções; estratégia de reposição dos técnicos cedidos para trabalhar no Programa Terra Legal nos Estados da Região Amazônica, destacando o impacto operacional na Autarquia.

6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, incluindo no mínimo: Quantidade física e financeira de convênios com status “a aprovar” e “a comprovar”; quantidade de convênios vencidos com os dois status; providências adotadas no exercício para saneamento da situação e cronograma executivo com vistas ao cumprimento dos prazos legais para cada fase dos instrumentos.

Durante o ano de 2013 estiveram vigentes 40 convênios que somam o valor de R\$ 70.938.948,00 dos quais R\$ 2.579.821,40 foram pagos no exercício. Além destes foram celebrados 7 novos convênios totalizando R\$ 7.470.832,19 em transferências voluntárias.

A Superintendência Regional de Mato Grosso possui 69 convênios com status a aprovar, somando R\$ 61.437.487,11, e 23 a comprovar, somando R\$ 28.096.410,39. O exercício de 2013 encerrou com dois convênios vencidos na conta à comprovar no valor de R\$ 5.633.594,17 por falha na baixa contábil, entretanto as prestações de contas já foram apresentadas e a correção solicitada. Na conta a aprovar encontram-se 65 convênios cujo prazo de vigência (execução) já se encerrou e se encontram em análise.

O órgão empossou 03 novos contadores, 01 dos quais foi lotado na análise da Prestação de Contas e 05 engenheiros civis o que colaborou de sobremaneira para a redução de passivos dos convênios sob a égide da IN 01/97, entretanto os recursos financeiros para realização de vistorias ainda é escassa. A Regional efetuará um planejamento anual de vistorias para que sejam garantido os recursos disponíveis para a atividade visando uma diminuição maior do passivo de convênios e cumprimento dos prazos legais.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	759594/2011	15.024.003/0001-32 – PM SINOP	656.511,55	56.511,55	600.000,00	600.000,00	30/12/2011	16/06/2014	1
1	760207/2011	03.918.869/0001-08 – PM SÃO FELIX ARAGUAIA	854.347,71	27.347,71	827.000,00	827.000,00	30/12/2011	19/09/2014	1
1	760208/2011	03.918.869/0001-08 – PM SÃO FELIX ARAGUAIA	951.359,25	30.359,25	921.000,00	921.000,00	30/12/2011	19/09/2014	1
1	761604/2011	01.310.499/0001-04 – PM CLAUDIA	710.000,00	21.300,00	688.700,00	688.700,00	30/12/2011	15/06/2014	1
1	761605/2011	01.310.499/0001-04 – PM CLAUDIA	1.485.000	44.550,00	1.440.450,00	1.440.450,00	30/12/2011	15/06/2014	1
1	761606/2011	01.310.499/0001-04 – PM CLAUDIA	464.620,00	13.938,60	450.681,40	450.681,40	30/12/2011	16/06/2014	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Siconv

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:			
CNPJ:		UG/GESTÃO:	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	4	18.086.385,87
	A comprovar	24	22.462.816,22
	Total	28	40549202,09
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	65	43.351.201,24
	A comprovar	2	5.633.594,17
	Total	67	48.984.795,41

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR em contas contábeis pertinentes, de forma a evidenciar a totalidade desses imóveis no Balanço Patrimonial da Autarquia, levando-se em consideração o que determina os subitens 9.2.6; 9.2.6.1; 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão nº 557/2004 – TCU/Plenário, a seguir discriminados:

- os imóveis desapropriados e que ainda pertencem à Autarquia devem ser registrados em contas específicas do ativo real, discriminando a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);
- os imóveis já transferidos aos assentados mas que podem ser revertidos ao domínio da Autarquia em decorrência de cláusulas contratuais de reversão devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com controle, em conta-corrente, dos beneficiários;
- os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis.

A demonstração do cronograma para registro contábil dos imóveis desapropriados no âmbito da SR deve contemplar as fases que o compreende com as respectivas datas, a comparação entre as ações previstas e as efetivamente executadas e a identificação do coordenador responsável.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Por tratar-se de situações complementares, o assunto abordado neste item foi melhor detalhado no item 7.4 **Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos**. Assim, optamos por considerar o texto explicativo válido para os dois itens em comento

Demonstração da gestão dos créditos a receber registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, contemplando, no mínimo as seguintes informações:

- plano de providências para o efetivo recebimento dos créditos registrados na referida conta contábil, indicando:
 - cronograma com datas limite em cada fase;
 - atividades previstas e executadas em cada fase;
 - identificação do coordenador responsável.
- sobre os saldos:
 - saldo da conta contábil em 31/12;
 - saldo vencido até o exercício de referência do relatório;
 - valor total das parcelas cujo vencimento se deu no exercício de referência;
 - valor total dos créditos recebidos no exercício.
- sobre o tratamento da indimplência:

- i. quantidade de inscrições e valor total inscrito na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, nos termos do § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/1980;
- ii. quantidade de inscrições e valor total inscrito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do art. 1º da Portaria STN nº 685/2006.
- d) sobre a evidenciação contábil:
 - i. critérios para a qualificação do crédito quanto às perspectivas de efetivo recebimento;
 - montante registrado em conta contábil retificadora específica relativo à provisão para créditos de liquidação duvidosa, em decorrência da qualificação de que trata o item anterior.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR para assegurar a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos da gestão da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da Superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos relacionados ao subitem 6.3 acima.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Avaliação do funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência, contemplando os seguintes elementos e de acordo com o quadro estabelecido na portaria de que trata o inciso VI do *caput* do art. 5º desta Decisão Normativa:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento.

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.		X			
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise Crítica:					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações dos registros informatizados do INCRA e corporativos da administração pública federal.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos **créditos a receber de parceiros** e dos **empréstimos concedidos**, registrados nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.2.3.1.00.00, respectivamente.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

CONSOLIDAÇÃO PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS 2013 INSTAURADAS E/OU CONCLUSAS EM 2013

SIAFI	PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ÁREA (ORIGINAL)							
	Nº Processo	CRT	Aquisição de Área	Início	Término	Data Prest. Contas	Valor INCRA	
	54240.000010/98-47	NÃO HÁ	Aquisição da Fazenda Barrinha	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	
NÃO HÁ	PROCESSO TOMADA DE CONTAS ESPECIAL							
	Nº Processo	Data Instauração	Motivo	Valor Original do Debito	Valor Atualizado do Débito	Data da Atualização	Responsáveis pelo Débito	Data da Conclusão
	54240.002853/2008-48	02/12/2008	Cumprimento a determinação do TCU para adoção de providências imediatas visando a recomposição dos prejuízos causados ao erário e/ou a instauração de Tomada de Contas Especial, em decorrência do superfaturamento na expropriação da Fazenda Barrinha	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	06/06/2013
OBSERVAÇÕES								

A Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, instituída através da PORTARIA/INCRA/SR-13/Nº 32, de 04/11/2009, concluiu que não houve dano ao Erário.

SIAFI

PROCESSO DO CONVÊNIO (ORIGINAL)

455026	Nº Processo	CRT	Conveniente	Objeto do Convênio	Vigência do Convênio	Valor INCRA (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)	
	54240.002719/2002-51	44.000/2002	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger/MT	Construção e recuperação de estadas vicinais padrão alimentadoras, estimada em 30,12 Km, no Projeto de Assentamento Santana do Taquaral, localizado no município de Santo Antônio do Leverger/MT.	04/07/2002 a 30/11/2002	300.000,00	3.000,00	
PROCESSO TOMADA DE CONTAS ESPECIAL								
	Nº Processo	Data Instauração	Motivo	Valor Original do Debito	Valor Atualizado do Débito	Data da Atualização	Responsáveis pelo Débito	Data da Conclusão
	54240.005885/2005-52	30/11/2005	Impugnação de despesas para aquisição de combustível e peças para reposição de maquinário	16.981,10	67.179,23	27/12/2013	Eduardo Belmiro da Silva	27/12/2013
SIAFI	PROCESSO DO CONVÊNIO (ORIGINAL)							
	Nº Processo	CRT	Conveniente	Objeto do Convênio	Vigência do Convênio	Valor INCRA (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)	
519299	54240.002430/2004-02	17/2004	FUNDAPER - Fundação de Amparo à pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso	Prestação de serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATES a 9.524 famílias de agricultores assentados em Projetos de Assentamentos localizados em 42 municípios de Mato Grosso.	15/12/2004 a 31/12/2007	11.012.125,00	1.101.212,50	

PROCESSO TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nº Processo	Data Instauração	Motivo	Valor Original do Debito	Valor Atualizado do Débito	Data da Atualização	Responsáveis pelo Débito	Data da Conclusão
54240.001315/2013-01	04/06/2013	Execução parcial do objeto pactuado	911.250,00	2.428.420,41	27/06/2013	Fundaper e Senhora Ellen Silva da Costa	13/09/2013

SIAFI**PROCESSO DO CONVÊNIO (ORIGINAL)**

Nº Processo	CRT	Conveniente	Objeto do Convênio	Vigência do Convênio	Valor INCRA (R\$)	Valor Contrapartida (R\$)
54240.002218/2004-37	33/2004	ANSA - Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção	Prestação de serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATES nos Projetos de Assentamentos Bandeirantes, Altos da Boa Vista, Roncador, Guerreiro, Tabajara, Manah, Tatuybi, Confresa Roncador, Macife, Santa Lucia I, Reunidas, localizados em Mato Grosso, para atender 3.312 famílias.	29/12/2004 a 05/08/2009	3.697.535,28	194.607,12

516727**PROCESSO TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Nº Processo	Data Instauração	Motivo	Valor Original do Debito	Valor Atualizado do Débito	Data da Atualização	Responsáveis pelo Débito	Data da Conclusão
54240.001298/2013-02	03/06/2013	Execução parcial do objeto pactuado, impugnação de despesas e não devolução do saldo do convênio.	615.331,59	1.572.630,87	27/06/2013	ANSA e Senhor Félix Valenzuela Cervera	24/10/2013

8.Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

8.2Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

9.Ouvidoria

9.1Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.

9.2Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

Identificação da Violência no Campo(invasão) = 117;
Negociação c/ Comitê Agrário Estadual = 63;
Desintrusão – Despejos em Áreas de Barragens = 00;
Apoio a População Ribeirinha = ;03
Vistorias em Áreas de Quilombolas = 24;

Historicamente o campo brasileiro têm sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas têm tolhido dos excluídos a possibilidade de expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por consequência a fragilidade destes grupos sociais.

Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação das Ouvidorias Agrárias como uma decisiva ação de Governo. O programa Paz no Campo identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o objetivo do governo de fortalecer a inclusão social por meio da atuação das Ouvidorias Agrárias.

Programa Fome Zero - Cestas Básicas:

Cabe destacar que no ano de 2013 por força das ações do **MDS**, esta regional ficou impossibilitada de dar atendimento a todos os acampamentos existentes as margens de rodovias e no entorno de propriedades rurais objeto das pautas das entidades(movimentos sociais), porém a outro fator em destaque que é a falta de recursos financeiros para esta ação, uma vez que a referida ação vinha sendo conduzida pelo Departamento de Ouvidoria Agrária Nacional e no final de 2011, foi transferida para a Diretoria de Obtenção de Terras, sem ao menos prevê na Programação Operacional recursos orçamentários e financeiros para custear despesas com transporte, consumo, serviço de terceiros e diárias aos técnicos que atuam diretamente nesta atividades, mesmo assim, conseguimos realizar a entrega via direta aproximadamente **8.314 cestas básicas, mais 1.850 via indireta, sendo assim distribuídos:**

Quadro de Distribuição de Cestas de Alimentos Via Direta

Mês	Quantidade
Janeiro	0
Fevereiro	1.900
Março	972
Abril	972
Maio	1000
Junho	350
Julho	350
Agosto	350
Setembro	1.000
Outubro	520
Novembro	400
Dezembro	500
Total	8.314

Quadro de Distribuição de Cestas de Alimentos Via Indireta

Mês	Quantidade
Janeiro	0
Fevereiro	1.500
Março	9
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	350
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	1.850

Lonas Plásticas para acampados: NÃO FORAM DISTRIBUIDAS LONAS PRETAS POR FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS.

10. Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

No exercício de 2013, não foi instaurado nenhum Procedimento Administrativo Disciplinar, nesta SR-13/MT